PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TORITAMA – PE

REQUERIMENTO

AUTORIA

Vereador Maviael Xavier Leite.

AUTORIDADE

Presidente da Câmara de Vereadores do município de Toritama-PE.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1) Solicito informações sobre os seguintes documentos:
2) Cópias dos pagamentos dos 70 e dos 30 dos anos 2021/2022/2023.
3) Cópias como está sendo recebendo o Subsídio ou verbas de representação, e de que forma, ou lei, e quando começou a receber, qual a determinação e legalidade.
4) Cópias quantos funcionários, e funções e finalidade de cada um que estão a serviço da câmara municipal de Toritama, e qual motivo do rodízio dos cargos de procurador e pregueiro.
5) Cópias de funcionários da câmara municipal de Toritama, que recebe diária pela folha de pagamento dos 70 e pela folha de pagamento dos 30.
6) Cópias de quais foram os dias de participação do congresso da UVB-PB, nos dias 26 a 29 de Setembro de 2023.
7) Cópias de quais foram os escritos e os valores recebidos de cada um e a finalidade da câmara municipal de Toritama do congresso da UVB-PB nos dias 26 a 29 de Setembro de 2023.

CONSIDERANDO o artigo 26, inciso X da Lei Orgânica do Município de Toritama, que dispõe que é de competência exclusiva da Câmara Municipal, fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração indireta;

CONSIDERANDO ainda o caput do artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Toritama, que dispõe que a fiscalização financeira e orçamentária do município é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas de controle

interno do Executivo Municipal, e tudo o mais que estiver explicitado no artigo 86 da Constituição do Estado;

CONSIDERANDO o artigo 142, inciso VI do Regimento interno da Câmara de Vereadores de Toritama, que dispõe que a Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao prefeito por escrito, e não sujeito a apreciação do Plenário, desde que regularmente redigido. Isto é, não contendo assuntos estranhos à Administração Municipal, através de ofício encaminhado pelo presidente da Câmara com anexação do pedido mencionado. O Prefeito do Município deverá responder as informações administrativas solicitadas pela Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento, sob pena de cometer infração político-administrativa que trata o Decreto Lei Federal nº 201/67 em vigor;

CONSIDERANDO também o artigo 54, inciso XII da Lei Orgânica do Município de Toritama, que dispõe que compete privativamente ao Prefeito: Prestar a Câmara, por ofício, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela mesma e referente aos negócios do município;

CONSIDERANDO ainda o caput do artigo 57 da Lei Orgânica do Município de Toritama, que dispõe que os crimes de responsabilidade, bem como as INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DO PREFEITO são as definidas nos artigos 92, 93 e 94, seus parágrafos e incisos da Constituição do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO ainda o artigo 94, inciso III da Constituição do Estado de Pernambuco, que dispõe que são infrações político-administrativas dos Prefeitos, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato pelo voto de dois terços, pelo menos, de seus membros: desatender, sem motivo justo e comunicado no prazo de trinta dias, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos na forma regular.

Toritama, 23 de Outubro de 2023.

PARLAMENTAR